

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.625.359 - PR (2019/0349710-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADO : BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
AGRAVADO : ADAO JAGUSZESKI
ADVOGADOS : KARINE BRUNA PARISOTTO - PR050995
ANDRESSA SOLETTI CECCONI - PR055650

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A em face da decisão acostada às fls. 545-546 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 590-602 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DEVIDA. INVALIDEZ PERMANENTE. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O PLEITO INICIAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DA SEGURADORA. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELO INSS. INVALIDEZ PERMANENTE AFERIDA EM LAUDO PERICIAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DA TAXA SELIC COM CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL JUROS DE MORA DESDE A CITAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos declaratórios (fls. 370-372 e-STJ), foram desacolhidos (fls. 500-509 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 512-525 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os artigos 757, 760, 768 e 884 do Código Civil, ao argumento de que a cobertura contratada foi de invalidez funcional (IFPD), na qual o recorrido não se enquadra. Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Sem contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação das Súmulas 5 e 7/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 549-558 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. A Corte de origem, ao submeter os aclaratórios lá opostos a novo julgamento, após determinação deste STJ, asseverou o seguinte (fls. 506-507 e-STJ):

O embargado ajuizou a demanda com base no contrato que a seguradora

havia firmado com o Município de Ampére. E lá não constou a cláusula limitativa de 'perda da existência independente'. Outrossim, no contrato (cláusula primeira, parágrafo quarto) ficou estipulado que a seguradora deveria apresentar a apólice, o que não ocorreu. Em sede de Contestação a embargante não juntou a apólice igualmente, porém, acostou 'condições especiais' e 'condições gerais', que previram, não de maneira clara, a exclusão dos riscos nos casos em que o segurado não apresente incapacidade para realizar atividade autonômicas, com perda de sua existência independente.

Sendo assim, **o segurado/embargado não tomou conhecimento da apólice, bem como das cláusulas que previam os riscos excluídos.** Por certo, não se tem dúvidas que se aplica o CDC ao caso em comento, devendo as cláusulas serem interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor. De um lado o embargado, consumidor, e de outro a embargante, fornecedora. Deste modo, o CDC prevê como direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços (art. 69, inc. III), assim como prescreve que são nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam obrigações abusivas (art. 51, inc. IV).

O fundamento acima destacado não foi suficientemente impugnado no apelo nobre, que se dedica a diferenciar as coberturas por invalidez laboral e funcional e, em relação ao dever de informação, limita-se a sustentar que tal obrigação seria da estipulante, sem apresentar qualquer dispositivo legal que corrobore sua tese.

Assim, ante a apresentação de razões recursais insuficientes, bem como a subsistência de fundamento suficiente para manutenção do acórdão, não impugnado propriamente, incidem os óbices das Súmulas 283 e 284/STF.

Ademais, rever as conclusões a que chegou a Corte de origem, notadamente de que o segurado não tomou conhecimento da apólice, encontra óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **nega-se provimento ao agravo em recurso especial** e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor já arbitrado pela origem (fl. 282 e-STJ), em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator